



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18/10/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Boa tarde a todos.

Com a presença dos Vereadores Manoel Del Rio, Hélio Rodrigues e Aurélio Nomura, na presidência, declaro aberta a 14ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2023, convocada para 18/10/2023, tendo como pauta os projetos de lei diversos.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br em Auditórios On-Line e no *link*: Auditório Virtual e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

Àquelas pessoas que gostariam de se inscrever na audiência pública dos projetos já indicados eu aviso que estão abertas as inscrições, aqui no *site*. O pessoal que estiver *on-line* ou, se não, aqui do lado tem a assessoria, por gentileza, para todos se inscreverem. Cada escrito terá três minutos, mas aí fica de acordo com a presidência.

A última audiência que nós teremos, uma audiência do PL 101/2023, de autoria do Vereador Manoel Del Rio, que irá presidir, e pode estender aos convidados para falarem mais de três minutos.

Essa audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial* desde o dia 17/10 e foi publicada pelos jornais de grande circulação, no dia 17/10.

Para essa audiência foram convidados o Sr. Ezequias Marciano da Silva Filho, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Vereadores dos projetos de lei em pauta.

Passemos aos itens da pauta.

Primeiro item, PL 532/2017 - Autor: Ver. REIS (PT); Ver. JOÃO ANANIAS (PT) - INSTITUI A CAMPANHA DE REEDUCAÇÃO ALIMENTAR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA E PRIVADA.

Algum Vereador gostaria de falar a respeito? Alguém do público gostaria de se inscrever, de falar a respeito?

Nada havendo, declaro encerrada a audiência pública ao projeto.

Próximo item, PL 43/2020 - Autor: Ver. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - TORNA

OBRIGATÓRIA A REALIZAÇÃO DO "TESTE DA URINA" EM RECÉM-NASCIDOS PELA REDE DE SAÚDE PÚBLICA E PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, NA FORMA QUE MENCIONA.

Algum Vereador gostaria de falar a respeito? Alguém do público gostaria de se inscrever, de falar a respeito?

Nada havendo, declaro encerrada a audiência pública ao projeto.

Próximo item, PL 44/2021 - Autor: Ver. RUBINHO NUNES (UNIÃO) - Dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos profissionais e empresas que ficaram impedidos de prestar serviços durante a situação de emergência decretada para enfrentamento da Covid-19.

Algum Vereador gostaria de falar a respeito? Alguém do público gostaria de se inscrever, de falar a respeito?

Nada havendo, declaro encerrada a audiência pública ao projeto.

Próximo item, PL 469/2021. Os autores pedem a retirada do projeto.

Próximo item, PL 477/2021. Autor: VEREADORA JULIANA CARDOSO (PT), agora, Deputada Federal. Dispõe sobre a obrigatoriedade do oferecimento de cardápio, com fonte ampliada 16, nos bares, lanchonetes, motéis, restaurantes e afins na cidade de São Paulo.

Algum Vereador gostaria de falar a respeito? Alguém do público gostaria de se inscrever, de falar a respeito?

Nada havendo, declaro encerrada a audiência pública ao projeto.

Próximo item, PL 758/2021 - Autor: Ver. ISAC FELIX (PL) - Classifica os absorventes higiênicos como item essencial, na forma que especifica, e dá outras providências.

Consulto se algum Vereador gostaria de se manifestar, ou alguém da plateia.

Não havendo manifestações, declaro encerrada a presente audiência do referido projeto.

Próximo item. PL 39/2022, dos Vereadores Isac Felix e Thammy Miranda, que obriga os hospitais públicos e privados a comunicar às delegacias de polícia quando do atendimento

das suas unidades de pronto atendimento os casos de idosos, mulheres, crianças e adolescentes, vítimas de agressões físicas.

Algum Vereador ou alguém da plateia gostaria de se manifestar?

Não havendo manifestações, declaro encerrada a audiência do presente projeto.

Item seguinte. PL 38/2022 - Vereadores Edir Sales e Isac Felix, que dispõe sobre a inclusão da Lei Maria da Penha como disciplina obrigatória na grade curricular nos estabelecimentos da rede pública de ensino do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Algum Vereador ou alguém da plateia gostaria de se manifestar?

Não havendo manifestações, declaro encerrada a audiência do presente projeto.

Item seguinte. PL 83/2019 - do Vereador Gilberto Nascimento - atual Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico - que cria o programa sócio-educacional – jovens no exercício do programa de orientação municipal e autoriza o poder executivo a celebrar convênios com entidades particulares, visando à sua consecução no município de São Paulo, e dá outras providências.

Gostaria de consultar se algum Vereador ou alguém da plateia gostaria de se manifestar?

Não havendo manifestações, declaro encerrada a audiência do presente projeto.

Item seguinte. PL 147/2019, da Vereadora Sandra Tadeu, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal aos munícipes que adotarem animal abandonado e dá outras providências.

Gostaria de consultar se algum Vereador ou alguém da plateia gostaria de se manifestar?

Não havendo manifestações, declaro encerrada a audiência do presente projeto.

Item seguinte. PL 253/2020, da Vereadora Sandra Tadeu, que estabelece a obrigatoriedade da utilização de máscaras em todos os locais públicos bem como em locais privados de acesso ao público e dá outras providências.

Algum Vereador ou alguém da plateia gostaria de se manifestar?

Não havendo manifestações, declaro encerrada a audiência do presente projeto.

Item seguinte. PL 85/2021, do Vereador Jair Tatto, que instituiu o Programa GUI - Guia de Unificação de Informações - na Prevenção e Controle da diabetes em crianças e adolescentes matriculados nas escolas da Rede Pública da cidade de São Paulo.

Algum Vereador ou alguém da plateia gostaria de se manifestar?

Não havendo manifestações, declaro encerrada a audiência do presente projeto.

Item seguinte. PL 654/2021, dos Vereadores André Santos e Marcelo Messias, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Mobilidade Urbana, e dá outras providências.

- Manifestação fora do microfone.

.O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Esse projeto será retirado de pauta por solicitação dos autores.

Próximo item. PL 108/2023, dos Vereadores Rodrigo Goulart e Nunes Peixeiro, que institui o Programa de Educação Antidrogas nas escolas da rede pública de ensino e dá outras providências.

Algum Vereador ou alguém da plateia gostaria de se manifestar?

Não havendo manifestações, declaro encerrada a audiência do presente projeto.

E, agora, o último projeto e esperado por todos os presentes. Antes, porém, passo a palavra ao Vereador Hélio Santos, perdão, Hélio Rodrigues, é que estou lembrando do jogo do Santos e saiu, sem querer, saiu Santos em vez de Rodrigues, perdão.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – E ainda provoca um palmeirense, é difícil. (Risos)

Imagina, que é isso, Presidente. Antes de passar a presidência ao nosso querido Vereador Manoel Del Rio, que vai fazer uma audiência pública, gostaria de fazer uma leitura, aqui Presidente, de uma preocupação que me chegou pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das OSs, do Estado de São Paulo, o Jefferson Caproni, Presidente do Sinsaudesp. Só queria ler rapidamente, Presidente, para ficar registrado.

- É lido o seguinte (*Carta do Presidente do Sinsadeusp*)

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Só para registrar, essa situação preocupa a gente. Essa transição que está ocorrendo lá no Hospital da Brasilândia, até terá a abertura de novos leitos, o que nós saudamos e é superimportante ter mais leitos no município de São Paulo. Mas, não é de hoje que o Sindicato dos Trabalhadores, que representa os trabalhadores das OSs, tem se confrontado com esse problema de, na troca da OS, ficarem trabalhadores sem receber.

Enfim, só queria registrar isso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos deixar consignado a sua manifestação e se V.Exa. assim o quiser, poderá fazer uma solicitação de informações para a Secretaria também.

Vamos, então, ao último projeto, acho que é o esperado por todos. PL 101/2023, do Vereador Manoel Del Rio, que dispõe sobre a inclusão de Associações como beneficiárias de créditos tributários de ISSQN. Institui possibilidade e a faculdade dos contribuintes em doar seus créditos tributários para Associações, e dá outros provimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de passar a presidência ao nobre Vereador Manoel Del Rio para prosseguir essa audiência tão importante e necessária. Espero que possamos votar esse projeto o mais rápido possível, propositura extremamente meritória e importante. Acho que é dinheiro, são recursos que poderão ser utilizados por diversas entidades, que infelizmente ficam jogadas ao léu.

E é importante esse resgate, quem sabe possamos aprovar, ainda esse ano, o mais rápido possível, muito meritório, gostaria, inclusive, de parabenizar V.Exa.

Passo a presidência ao nobre Vereador Manoel Del Rio. Obrigado.

- Assume a presidência o Vereador Manoel Del Rio.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura.

Não sei, nessas formalidades, não podemos fazer muitas brincadeiras, mas eu sempre falava que participávamos de reuniões, e os Deputados e os Vereadores falavam e, depois, saíam correndo, iam embora. E, agora, todos nós estamos fazendo a mesma coisa, porque sai de um local e vai para outro. Mas, essa saída deles significa a aprovação da nossa proposta.

Esse projeto sobre a Nota Fiscal Paulistana, sobre os créditos tributários para as Organizações Sociais é uma solicitação das mesmas. Antes de ser Vereador aqui, nós já tínhamos encaminhado essa solicitação para um outro Vereador. Depois, esse Vereador saiu da Câmara e eu, quando entrei, peguei essa tocha e colocamos para andar na Câmara.

E esse projeto, para ser aprovado, ele tem de passar por audiências públicas e uma dela é essa aqui, hoje, que, depois, aprovado aqui, ele vai para a votação em plenário. Então o objetivo é analisar, hoje, essa propositura para que ele possa entrar em pauta no plenário.

A finalidade principal desse projeto é espelhada na Nota Fiscal Paulista, que é uma fonte de recursos para as organizações sociais. As organizações sociais são instituições muito importantes na cidade.

Na verdade, as organizações sociais são o que eu chamo de trabalhadores associados. As organizações sociais são um conjunto de trabalhadores associados. E elas não têm fonte de recursos. Então, quando essas organizações fazem convênio com o Poder Público, para executar uma determina política pública, o convênio com o Poder Público paga o projeto, ele não destina nenhum recurso para a organização social. E, às vezes, nem o projeto não paga, a Organização Social precisa se virar para pedir doações, colaborações e tal. Nós achamos que paga, mais ou menos, 80%. O resto dos recursos são as organizações sociais que fazem campanha e acabam juntando aquilo que falta para tocar o trabalho.

Então esse projeto tem o objetivo de que as organizações sociais tenham mais uma fonte, uma possibilidade de captar recursos. A experiência do Estado é bem-sucedida. Eu já vi que o Gustavo se inscreveu e vai falar sobre essa experiência da Nota Fiscal Paulista, e o nosso

projeto trata da Nota Fiscal Paulistana, e aquela é uma fonte importante de captação de recursos das organizações sociais. Na verdade, ela mantém viva essas captações e mantém viva as organizações sociais.

Falamos que temos feito um trabalho de fortalecimento das Organizações Sociais, porque são elas que levam direitos para a população que precisa de assistência. São as organizações sociais que chegam onde a justiça e o direito não estão chegando. E, por isso, as organizações sociais precisam ser fortalecidas. E esse projeto visa esse fortalecimento.

Além do Gustavo, que está inscrito para falar, se alguém mais quiser se inscrever para um pronunciamento, é só levantar a mão, ou falar ao lado, com a nossa colega, depois, na sequência, terá a palavra.

Vamos abrir, então, a palavra para o Gustavo. Pode ir até o microfone ou vir à Mesa. (Pausa) Pode usar esse mesmo. Só um instante, Gustavo. Temos outro Gustavo aqui, e ele nos diz que quem quiser falar, por favor, se inscreva ao lado mesmo. É por conta das formalidades da audiência pública, precisa mesmo se inscrever.

Obrigado.

O SR. GUSTAVO – Desculpem minha falta de familiaridade com a tecnologia. Gente, eu até peço para quem for de alguma organização também se inscreva, porque é importante nesse momento, alguém passar a experiência da própria organização. A Sonia é superindicada, inclusive.

Inicialmente, agradeço a oportunidade e também parablenizo o Vereador por entabular esse projeto que é que suma importância e uma briga nossa de muitos e muitos anos. Hoje a gente conta com o representante das OSC na Câmara Municipal de São Paulo, que, incrivelmente, em pouco menos de um ano, colocou para frente esse projeto técnico com o Dr. Júlio, também responsável pela parte técnica.

A gente tem a experiência com a Nota Fiscal Paulista, que hoje, em regra, é única fonte de renda das organizações. As Organizações Sociais hoje têm os repasses públicos, como bem explicou o Vereador Manoel, mas que não cobrem os custos do projeto. Então, mesmo

prestando serviço ao município, elas ficam com um déficit, e essa é a fonte que a gente usa para complementar a nossa renda e conseguir prestar serviço de qualidade. É importante lembrar que, para se inscrever é necessário cumprir diversos requisitos e comprovar a qualidade da instituição sem fins lucrativos, até porque o repasse acaba retornando ao município; ou seja, é um dinheiro que vai para a organização, mas sua aplicação tem um intuito social, dentro dos objetivos da associação.

Por isso que nós rogamos para que seja aprovado, pois é um projeto de suma importância que vai gerar recursos para continuarmos trabalhando e seguindo com os projetos que atenderão a comunidade como um todo.

Basicamente é isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Gustavo.

Tem a palavra a Sra. Sonia.

A SRA. SONIA FERNANDES – Boa tarde a todos, a todas e também a todes, já que há compromisso político nessa definição ortográfica da língua. É um enorme prazer estar aqui neste momento compondo este grupo que certamente ainda é tímido nessa empreitada, mas eu acredito e confio nessa luta e me comprometi a não abrir mão dela.

Sou fundadora do Grupo Gaia de Assistência ao Idoso, à Infância e à Adolescência, uma organização cujas atividades tiveram início em setembro de 2003; acabamos, portanto, de completar 20 anos de existência, e foi com alegria e honra que celebramos essa data com a comunidade. Já tivemos nove contratos com a Prefeitura; hoje nós temos cinco, mas a meta é chegar a dois.

Essa proposta tem uma finalidade: um projeto institucional coordenado por mim após nós prestarmos serviços para a Prefeitura por 20 anos com muita responsabilidade, porque chega um dado momento da organização que é preciso que ela continue, se for do seu desejo, mantendo os convênios, mas sendo autossustentável. A nossa missão perpassa por esse viés, porque é questionável se organização não sustentável é capaz de executar sua missão no convênio com a Prefeitura.

Não basta nos tornamos meros operadores da burocracia e respondermos a relatórios infundáveis e incoerentes o tempo todo, mas efetivamente sem cumprirmos a nossa missão, que inclui pensar estrategicamente projetos de lei que garantam a sustentabilidade de uma organização da sociedade civil, nascida em 1988 com a Constituição Federal Brasileira como corresponsável, e não unicamente responsável, pelas demandas sociais. Mas o que acontece conosco quando estamos executando políticas públicas é exatamente isto: responsabilidades que não são nossas nos são dadas. Apesar de a Lei 13.019/2014 nos ter garantido um gancho de possibilidades, infelizmente o pensamento e a cultura do Estado não avançam nesse sentido.

Eu não tenho dúvidas de que nós estamos avançando, mas as Organizações Sociais ainda estão muito longe de chegar onde querem em prol de responderem às demandas das comunidades atendidas em suas extremas condições de vulnerabilidade. Estou aqui hoje representando o Grupo Gaia – que eu sinto que também é uma OSC, já que componho seu conselho – para nos fortalecermos cada vez mais. Inclusive eu vim acompanhada de cinco colaboradores da minha organização, porque eu acho que um dos nossos grandes desafios é também envolver os nossos trabalhadores, colaboradores e usuários nessa luta que é de militância, de organização política, de engajamento e de compromisso.

Mais uma vez, reitero o meu compromisso nesta Casa de onde deveriam surgir todas as mais vantajosas possibilidades de nós nos tornamos colaboradores ainda mais potentes com a Prefeitura, com o Estado de São Paulo e, por que não, com o país e conto com a disposição de outras organizações parceiras para que venham conosco comungar, compartilhar, debater e encontrar uma via de agregação e valores monetários para as nossas organizações.

O meu grupo passa o chapéu há 20 anos e hoje é uma organização que já capta recursos pela Nota Fiscal Paulista. Apostei nisso e, apesar de chegar a pensar em alguns momentos que o nosso trabalho seria um barco furaco, com o engajamento os colaboradores e com as nossas lutas diárias para criar estratégias, hoje estamos tendo retorno desse processo de captação de recurso, lugar que eu assumi na minha organização e no qual vou ficar para ver

o seu legado nos próximos 20 anos, se Deus quiser, sem ficar passando o chapéu em troca de migalhas que a Prefeitura coloca nas nossas mãos e que não são para a organização em si, mas para a realização dos serviços e que nos geram outras demandas e despesas, que ela sequer se coloca à disposição para discutir e simplesmente nos empurra dizendo que isso é problema nosso e não dela. Então, nós temos também que aprender a fazer o mesmo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Sonia.

Registro a presença, no ambiente virtual, da Sra. Fabiana Feitosa, do CMDCA-SP e pergunto a ela se quer fazer uso da palavra. (Pausa)

A SRA. FABIANA FEITOSA – Boa tarde. Eu não vou conseguir falar porque eu estou com problema na garganta.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Então, você fica nos devendo e outro dia você fala.

A SRA. FABIANA FEITOSA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Está bem. Muito obrigado por você acompanhar a audiência.

Muito obrigado.

Nós temos inscritos para falar. Rose Siqueira.

A SRA. ROSE SIQUEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

Muito obrigada pela oportunidade desta audiência de discutirmos um tema tão necessário para as organizações sociais. Eu represento a organização Samaritano São Francisco de Assis que já estará completando 26 anos de préstimos, de serviços para a cidade de São Paulo e alguns outros no estado. Atualmente estamos com quase 600 funcionários com carteira assinada.

As Organizações Sociais representam uma importante e necessária fonte de recursos para tantas paulistanas, tantos paulistanos que atuam na ponta para executar as políticas públicas. Ainda com toda essa importância que nós temos, que a gente entende que é

o nosso papel, ainda assim a gente enfrenta dificuldades inúmeras, como disse bem a colega que estava aqui há pouco e falando da importância de realmente termos outras fontes de recursos, porque os programas sociais, os projetos que a gente executa para a prefeitura e para o estado, enfim, infelizmente, ainda a gente não consegue por meio de lei mostrar a importância de ter recursos que não estão presentes nos planos de trabalho e o quanto é importante, como V.Exa. bem disse, a maioria dos projetos não cobre. Falou em 80%, alguns um pouco menos, mas a média é essa. Ou seja, o tempo todo temos que ficar trabalhando intensamente para convencer as pessoas a complementarem o que é público, o que deveria ser totalmente público e, ainda assim, temos outras despesas.

No caso, o Samaritano São Francisco, com quase 600 funcionários, imagina, quantas empresas que geram milhões, para não dizer bilhões, durante o ano têm estruturas administrativas de recursos humanos, de contado. Enfim, nós somos uma empresa de grande porte, como tantas outras organizações sociais.

Então, Vereador, para nós é importantíssima essa oportunidade de mais uma geração de fonte de recurso e estamos aqui para prestigiar esta audiência, para estar com o senhor e estaremos em todas as outras que forem necessárias para que a gente possa convencer a todos que aprovelem essa lei, essa outra fonte para que a gente possa ter uma prestação de serviço mais digna, como a gente quer levar para cada um dos nossos atendidos.

Muito obrigada e boa tarde a todos e estamos aqui juntos e fortes. Obrigada.
(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Rose.

Vi que chegaram algumas pessoas agora. Se quiserem se inscrever, se inscrevam aqui do lado. Chegaram algumas pessoas na audiência, o Vanderlei e uma turma ali. Se quiserem falar na audiência, é só se inscreverem aqui do lado.

Por favor, Victor Sandro.

O SR. VICTOR SANDRO – Boa tarde a todos. Boa tarde, Exmo. Vereador Manoel Del Rio.

Estou representando a Apoio. Sou um trabalhador da organização social Apoio e sei da importância de ter um incentivo financeiro para sustentar a ONG, porque o que a gente passa no dia a dia é um trabalho de desempenho que tem que vestir a camisa. A gente tem que vestir a camisa de todas as formas.

Acredito que uma pauta muito importante que não foi falada ainda seja a divulgação. Eu moro em um bairro periférico. Essa é a realidade que eu estou vendo aqui não é a minha - de um auditório, de microfone, uma boa iluminação. Deveria ter uma divulgação para a periferia ter acesso e poder contribuir também, porque o valor humano é o valor mais importante que a gente tem na nossa vida e o trabalho que a gente presta na organização social é de ressocializar o ser humano.

Então, a periferia está muito afastada de conhecer a realidade de albergues, de conhecer a realidade de organização sociais e deveria ter uma divulgação com representantes de idade, como *influencers* de 20, 25 anos, 30 anos para poder falar linguagem do jovem e também incentivá-lo a contribuir e saber da importância de a gente ajudar a população paulistana, porque isso reduz problemas como a criminalidade na nossa cidade, reduz também o problema da pobreza, da fome, entre muitos outros.

Muito obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Victor.

Próximo inscrito, Diego Andrade.

O SR. DIEGO ANDRADE – Boa tarde a todos. Cumprimento o Vereador Manoel Del Rio, todos os presentes e os que estão no virtual.

É uma grande importância a Nota Fiscal Paulista. Já tem a Paulista, mas é importante essa questão da Nota Fiscal Paulista para dar um pouco de fôlego para gente do terceiro setor.

Estou representando a CPIS 26 de Julho e eu estava lendo uma matéria sobre dados do IPEA de 2020 que diz que no Brasil, até 2020, tínhamos 815 mil ONGs. Isso representa seis milhões de trabalhadores indiretos e diretos. 2,3 milhões são formais e o restante são

indiretamente, são informais. Os informais são aqueles que prestam serviço ou distribuidor, alguma coisa.

Temos um telecentro na Fazenda da Juta que já tem 22 anos. Está conosco o nosso amigo Paulo que também é um representante de um telecentro, o São Rafael. Então, a gente vê a dificuldade que a gente tem para manter o espaço funcionando, porque o recurso é insuficiente.

Com isso a gente consegue ganhar um fôlego e respirar um pouquinho. Falo que a gente está com a cabeça dentro da água e tem que ter hora de tirar a cabeça de fora da água. Temos outros custos: jurídicos, custos que às vezes o convênio não cobre. Então, a gente tem que ir lá fazer rifa, fazer vaquinha, fazer bingo, fazer bazar.

Então, a gente vai se desdobrando para que isso aconteça. A gente conseguiu ontem uma resposta que a nossa organização foi aprovada na Nota Fiscal Paulista. Agora, isso vai dar um fôlego para a gente. Vamos conseguir ter um pouco de recurso para que a gente possa pensar em outras coisas.

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Diego.

Próximo, José Luiz de Rizzo, por favor.

O SR. JOSÉ LUIZ DE RIZZO – Boa tarde a todas e a todos.

Gostoso vir aqui, mas uma pena que tem pouca gente. O menino que me antecedeu falou que não é o local da vida dele aqui, que a periferia é diferente. Há uns 30 anos eu frequento este lugar cobrando dos Vereadores que trabalham nesta Casa e naquilo que consiste o trabalho.

Sou José Luiz de Rizzo e estou representando a organização social Obra Social São Mateus Apóstolo. Vi uma senhora que se apresentou e que tem 20 anos. A nossa tem 59 anos. Vamos fazer um café? Ano que vem, ela se tornará a melhor idade. Estamos preparando alguma coisa, mas não tem recurso.

Então, 59 anos, uns padres doidos e umas senhoras idealistas em um salão precário da igreja começaram a acolher as crianças das mães que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar e não podiam pagar uma cuidadora. É difícil.

Então, a partir daí, essas senhoras é que foram voluntárias e que fizeram um trabalho que foi encampado pelos demais e, até não sei lá quantos anos depois, ela se tornou uma obra com CNPJ e isso há 59 anos. Então, eles começaram bem antes.

Hoje, a organização elege os seus diretores por dois anos. Somos em 12 e eu faço parte da diretoria. Não somos remunerados. Temos três reuniões por mês. Cada um é tutor de um ponto de atendimento, porque nós temos 13 serviços. Acompanho uma creche; o outro, um abrigo; e assim por diante. Dos 13 serviços, três são SAICAs. Quem mais tem SAICAs? É terrível. É duro de cuidar do SAICAs. SAICAs cuidam das crianças que perderam o pátrio poder por alguma violência na família: abandonou, drogadição, violência física, sexual, tudo. É difícil trabalhar com essas crianças - meninos e meninas. Temos três abrigos com 15 crianças cada um.

Temos quatro CCJs. Temos um Cedesp que dá cursos profissionalizantes para o pessoal e cinco CEIs. Muito, muito legal. Dos 221 funcionários, mais ou menos, passa de 1.230 atendidos todos os dias. O recurso é difícil. É aquilo que eu já ouvi aqui. Acho que todos passamos por isso: macarronada, feijoada, bingo, rifas. Então, a diretoria não ganha, mas hoje eu estou lá com quatro cartelas de bingo, com dois tickets de feijoada para pagar e mais alguns para a gente vender. Então, é difícil.

Estamos engatinhando na Nota Fiscal Paulista. Não sabíamos que isso existia, que isso é possível. Está difícil de convencer as pessoas nas reuniões. Às vezes, elas nem nunca entraram no site da Secretaria da Fazenda e não sabem que têm direito, que eles dão o CPF lá no mercado ou na padaria e não sabem que têm uns trocadinhos para eles e hoje é muito pouco.

Então, é difícil. Se alguém souber uma mágica pra gente conversar e convencer essas pessoas para que ajudem a gente, para que se inscrevam lá e transfiram os trocados que eles têm direito para gente e dizer para eles que eles não perdem o direito aos sorteios. Hoje parece-me que não tem nada disso, deram uma enxugada, Vereador... até 100 mil, então, esse continua com ele. Esse é dele. Ele transfere os créditos que seriam normais e que é muito maior do que aquilo que o Zé Luiz pede na padaria e ele retorna para mim - 0,1 alguma coisa por cento

para minha conta sei lá quando - isso daí é diferente para obra social. Uma notinha de 26 reais pode render 10 reais para a organização. E isso nós precisamos gastar muita saliva.

Parabéns, Manoel Del Rio. Nós lutamos contigo lá. Não deu para ir direto, mas pegou uma vaga agora. Pode ficar tranquilo que nós, da Organização Social, vamos ficar no teu calcanhar pedindo ajuda e vamos descobrir juntos como ajudar as organizações, porque é muito difícil. Prestação de contas, quem não trabalha nessa área e não conhece, sabe o que é um relatório para se levar ou à Secretaria de Assistência Social ou à DRE sobre educação. São muito exigentes, cobram muito de nós e o retorno e a ajuda são muito pequenininhos. Então, vamos juntos ver se conseguimos algum dinheirinho a mais.

Sucesso para vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Muito obrigado, José Luiz de Rizzo, da Organização Social São Mateus Apóstolo.

Nós temos mais seis pessoas inscritas. Então, vamos precisar encerrar as inscrições. Tem alguém que ainda queira se manifestar? (Pausa) Então, encerraremos as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Regina Paixão, Coordenadora do Fórum da Assistência Social, do Jardim Ângela.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Boa tarde a todas, todos e todes.

Quanta gente conhecida lá da Sul. Eu estava ouvindo o Rizzo falar. Nós temos um colega nosso que foi sorteado uma vez, o que salvou a entidade dele. Então, o sorteio existe, né, Donizete. Existe. Quando você foi sorteado, me animou. Existe, né. Nós não nos cansamos de fazer o cadastro lá no Ângela.

Que bom estar aqui. Nesta semana estávamos discutindo no Fórum, Manoel, a existência, quando as OSCs começaram.

Eu sou da Sociedade Santos Mártires, do Jardim Ângela. A nossa OSC é mais novinha que a de vocês. Ela tem 35 anos, mas quantos altos e baixos ao longo desses 35 anos. De lá, eu tenho 20. Têm épocas em que nós quase fechamos. Têm épocas em que há uma melhora.

Eu estava conversando com o Vanderlei, e me parece que são as mesmas pautas de muito tempo, e nós precisamos avançar. Então, enquanto não conseguirmos ter a parcela adequada do orçamento, teremos de recorrer à nota fiscal paulista, à nota fiscal paulistana. E é um desafio, porque até a nota fiscal paulista, até nós desmistificarmos tudo o que está posto, que não vão atrás do CPF do doador, que beneficiará a OSC, também não é tranquilo. Não é tranquilo entre os nossos trabalhadores. Não é tranquilo com a rede, com os usuários. Mas, depois que nós conseguimos desmistificar... Eu falo, na entidade, que é uma mudança de cultura: pede um café, dá o CPF. E a paulistana?

Então, nós vamos ter um grande trabalho, dando certo, de convenceremos o nosso prestador de serviço a emitir a nota, a direcionar para a organização... Mas não é impôs. Nós precisamos, de fato, de correr atrás de vários tipos de isenções que também estão disponíveis, mas precisamos de um setor administrativo muito bom. E quem tem dinheiro para setor administrativo adequado, muito bom? Não temos. Nós temos dois profissionais que cuidam do RH, que direcionam, que fazem a seleção... Não é isso? Não é a nossa realidade? É a nossa realidade.

Então, até aproveitando este momento, acabamos de ter uma plenária, Manoel, falando do orçamento, que será no dia 21 – já estou fazendo a propaganda. Audiência da Assistência Social é dia 21, das 10h às 14h. Todos vimos a luta. Acabamos de transformar, de reavaliar a Portaria 46, que direciona os trabalhos. Como eu falei em várias audiências, nós podemos colocar o profissional que quisermos, pode ficar a portaria, mas se não tiver recurso nós ficaremos onde estamos: voltaremos à estaca zero. Então, a nossa briga é para termos um orçamento adequado, que seque entrou nessa coisa ainda, de setor administrativo, da realidade das OSCs. Nós precisamos fazer uma pressão de 1,7 bilhão. Olhem como é difícil. Olhem como vai ser difícil convenceremos os vereadores da Casa, a Fazenda. A Fazenda mandou um percentual de 2,0 e nós precisamos de mais 1,7 para fazermos a nossa portaria existir. Depois encampamos as outras brigas, porque essa briga é da OSC, né. Dentro do Mrosc – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que fala dos serviços terceirizados, que nós

temos de ter recursos para o setor administrativo, mas em São Paulo ainda não se aplica. Ele se aplica dentro da verba do convênio, em que fazemos o remanejamento. Tiramos do usuário para repassarmos para a estabilidade das OSCs. E, de fato, nós, organizações, estamos em uma situação muito difícil. Eu estava pensando na média complexidade, em que temos de dar a insalubridade. Quem tem Centro de Defesa da Mulher, quem tem Serviço de Proteção à Criança e ao Adolescente, medidas socioeducativas, o recurso está no RH. De fato, hoje, para muitos de nós o que tem salvado é a nota fiscal paulista, que diminui os tributos um pouquinho, né. Nós estamos com a mesma quantidade de cupom, mas o valor tem diminuído. Não dá para brigar com a entidade. Essa questão é do Estado.

Então, a nossa luta é muito importante, e estar neste espaço com vários representantes de OSCs é falar: “Vem para a luta conosco também”. Aqui, no dia 21, nós queremos fazer bastante barulho, pautar essas dificuldades da Assistência. Eu não sei até aonde nós aguentamos, porque está para vir um novo dissídio e não tem a possibilidade de percentual, mas o ano que vem é um ano também em que ninguém quer estar nas manchetes de jornais, nas televisões. Então, nós temos de explorar esse momento para falarmos que a Assistência existe. Nós estamos em não de plena conferência. Nós andamos pelo Brasil inteiro e vemos as dificuldades, e o Estado também houve corte. Então, nós imaginamos que a situação do município não vai melhorar tão fácil se não fizermos pressão. Mas é o maior caixa previsto, o de 2024. É o maior orçamento do Brasil. E olhando para toda a Assistência Social, ela precisa passar a valer, o que depende mesmo da vontade do nosso Prefeito.

Eu costumo dizer que se São Paulo escolheu fazer parceria conosco, precisa nos dar condições. Mas não nos dá condições. Então, é muito bom estarmos aqui hoje para pensarmos um pouco nisso. Caminhamos de um lado buscando benefícios, mas do outro também fazendo pressão, porque a realidade não está fácil, mas se nós nos juntarmos, conseguiremos avançar.

Parabéns pela iniciativa. Acredito que dará certo, sim. Depende muito de nós estarmos juntos com você nessa pressão.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Ok, Regina. Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Paulo Roberto Cavalcante.

O SR. PAULO ROBERTO CAVALCANTE – Boa tarde a todos e a todas.

Serei breve, porque as pessoas que me antecederam foram muito felizes em suas colocações.

Serão palavras de um homem simples de um povo simples da periferia. Senti-me animado em subir aqui depois que um rapaz disse: “Olha, este aqui não é o meu ambiente”. Então, eu vou aproveitar e trazer o meu ambiente.

Hoje eu estou como Presidente da Associação dos Catadores de Materiais, de São Mateus. Nós temos o telecentro lá e estamos dentro da comunidade do Parque São Rafael, Favela Vera Cruz também na divisa. Ficamos em um local estratégico, que faz divisa com vários municípios: Mauá, Capuava, Santo André. E é uma população realmente desassistida, que carece de atenção.

Nem sempre o pessoal sabe no chão em que está pisando e, às vezes, uma instituição comprometida com os valores e com o resgate de um grupo da sociedade é que realmente faz a diferença na vida da população da cidade de São Paulo. Porque essas pessoas que estão lá podem fazer a diferença. De lá, nós já vimos sair pessoas que aparentemente você olha e não lhes dá o valor adequado. Você fala assim: “Mas como essa pessoa conseguiu chegar a esse patamar?” Volto a dizer: nós acreditamos no trabalho feito. Nem todos que estão lá, os filhos, são catadores, porque nós chegamos com o telecentro, nós chegamos com o esporte, nós chegamos com a proposta das artes marciais para podermos trazer uma condição de valor para essa população, que nem sempre tem uma família estruturada. Às vezes, o grande problema está dentro da própria casa. E volto a dizer: uma instituição que tem compromisso, que tem valores, faz diferença na vida desses jovens. Nós temos lá de 11 a 15 anos, 17 anos. Quem teria propensão a ficar ocioso, está ocupado nas atividades que essas instituições colocam para fazer a diferença. É diferença na educação, é diferença no esporte, é diferença no lazer, é diferença na ciência e na tecnologia, como bem disse o meu amigo Diego. Telecentro com cursos, com

disciplina. Às vezes, não é só ministrar o curso. Tem a disciplina também quando você coloca uma condição de conduta, trazendo cidadania com isso, e faz a diferença. Talvez aquela conduta que ele não veja dentro de casa, ele consegue ver nesses lugares que têm profissionais adequados e capacitados para trazerem essa condição para a vida dessa pessoa. E, nessa idade de formação, nessa idade em que eles estão agregando valores ao caráter, isso faz a diferença.

Não vou me prolongar porque, como eu disse, são palavras simples de um homem simples, mas que eu gostaria de dizer que é difícil manter todos os trabalhos que nós temos lá. Nós precisamos de ajuda, sim, e muita ajuda. E toda ajuda que conseguirmos dos parlamentares será bem-vinda, para conseguirmos nos manter vivos, porque é muito difícil.

A moça falou aqui muito bem. Você faz uma prestação de contas e você não entende, geralmente, o que está escrito ali, mas o trabalho está acontecendo. A diferença na vida das pessoas está acontecendo a cada dia. Às vezes, você tem um índice de violência muito menor porque aquelas pessoas tiveram condições de ter uma realidade diferente. Alguém acreditou. Alguém disse...

- Orador começa a chorar.

- Palmas

O SR. PAULO ROBERTO CAVALCANTE – Desculpem.

Pode fazer a diferença.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Paulo Roberto Cavalcante. Ele é da Associação dos Catadores de Material Reciclável, de São Mateus e adjacências.

Agora nós temos inscrito o Sr. Wanderley Aparecido, do Cor – Centro de Orientação à Família.

Antes, aviso que a audiência da Assistência Social para o orçamento será no dia 21 de novembro, das 10 às 14 horas, no Salão Nobre. Importante lembrar que está em discussão o orçamento. Eu fiz uma emenda propondo que tenha 5% para a Assistência. Atualmente, são, mais ou menos, 2,5% do orçamento para a Assistência. A audiência pública vai pressionar para

que esse orçamento seja aprovado. Então, nós vamos lutar nessa audiência e aqui, nos processos internos de aprovação da lei, para que aumente o orçamento da Assistência.

Agora, vamos ouvir o Sr. Wanderley Aparecido Turine, do Cor.

O SR. WANDERLEY APARECIDO TURINE – Senhoras e senhores, boa tarde. Feliz por estar na Casa do povo. Aqui é a Casa do povo e que nós consigamos sempre enxergar isso, embora São Paulo tenha tantas periferias. E o nosso Centro, uma cidade histórica, algo que nós que nascemos aqui ou que viemos morar aqui, é uma cidade que tem uma história muito bonita. Uma cidade de acolhimento. Que pena que, muitas vezes, isso não aconteça na realidade.

Agradeço a instituição da qual faço parte, Cor – Centro de Orientação à Família -, que, neste ano, completou 52 anos. Na semana que vem, estaremos em Aparecida, agradecendo ao Deus da vida por mais um ano de caminhada em ação de graças. Agradecemos aos parceiros públicos por entenderem que juntos caminhamos bem. Agradecemos também às pessoas e empresas que nos ajudam a manter a instituição com as suas 17 casas no segmento população de rua; SAICAs; centros de educação infantil, as creches, e os núcleos também.

São mais de duas mil pessoas atendidas, mais de 450 trabalhadores e 200 voluntários. E realmente os que nos precederam já falaram bem claro, vou sair para uma reunião com a diretoria, ali estão os meus chefes, o Sr. Divino, Primeiro Tesoureiro e João Carlos, Segundo Tesoureiro, só não vieram os demais porque foram participar de velório, senão estariam aqui neste momento importante. A solidariedade lá e também aqui.

Agradecemos também o pessoal da Reciclázaro, que nos trouxe luz, o Cido e o Fabio, que nos abriram a porta para o conhecimento da Nota Fiscal Paulista, que muito nos ajudou. Fora de brincadeira, manter o SAICAs em três anos, os quatro SAICAs, foi da ordem de prejuízo de 350 mil reais negativos. Nota Fiscal Paulista, é organização social que acaba fazendo essas campanhas anuais, foi essa sustentabilidade que nos manteve. Conseqüentemente mantivemos o serviço de 20 anos, trabalhadores, pais e mães de família ali com seus empregos, graças a essa iniciativa.

Quero agradecer também ao Vereador Manoel Del Rio pela iniciativa, por ter essa

visão de organização social, a sensibilização é que nos traz e fortalece a luta. Seja pelo ressuscitar dos 5% para a assistência social, seja a Nota Fiscal Paulista. Tivemos a oportunidade, há meses, conversando com o Sr. Prefeito sobre insalubridade para os serviços de alta complexidade, foi graças ao Padre Rosalvino, que abriu as portas lá, chamou um grupo, a Regina estava conosco, nós dissemos: Prefeito, cuidado para não sucumbir as organizações sociais. Foi dito, eu disse isso para ele, que se mostrou sensível. Nós precisamos de ajuda, e foi nesse contexto que defendemos a insalubridade.

Levamos ao Prefeito também algumas situações em que as organizações se encontram sós. E não podemos, somos parceiros. A Lei 13.019, criada pelo Governo Dilma, em 31 de julho de 2014, foi para nos unir e não para criar concorrência, até deslealdade, entre nós da sociedade civil. Parece que demos um tiro no pé, uma lei que veio para fortalecer, o que fizemos? Concorrência entre as organizações coirmãs, independente se a confissão é católica, espírita, evangélica, independente, nós temos uma luta bonita no terceiro setor. O que nós, seres humanos, fazemos? Nos dividimos. Divide o foro de assistência social, onde muitas vezes o Poder Público ri da nossa cara. Temos de nos unir, encontrar alguma mágica dizendo, foro oficial ou foro oficioso, desculpem-me o trocadilho, tem o oficial e o oficioso. O que eu participei na segunda-feira é o que eu acredito, por isso fui lá, viu, Regina. Permita-me explicitar a minha posição política também.

Então, nesse sentido, quando se criam determinadas iniciativas, Vereador, nós acreditamos que apostar no terceiro setor é dar sentido à vida, à dignidade da pessoa humana. Nós atendemos crianças de zero até 96 anos, e sabemos que aqueles seres humanos, como cada um de nós, merecem respeito, dignidade, desde o nascimento. Se der tempo, ainda hoje vou visitar uma pequerrucha nossa de quatro meses, e não sabemos se ela vai continuar em vida, está no Hospital do Mandaqui, na UTI. É por esses seres humanos que lutamos, a nossa vida é muito passageira para os nossos egocentrismos ficarem aflorando. Há muitas coisas que precisamos nos unir.

Então, nesse sentido, contem com a gente. Estamos juntos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Wanderlei, do Cor. Tem a palavra o Itamar Moreira do Carmo, do Instituto Pilar.

Enquanto o Itamar vai chegando à tribuna, quero adiantar, não sei se já observaram, estamos fazendo uma exposição no saguão da Câmara, o legado do Paulo Freire, se quiserem, passem lá para ver. E hoje, à noite, às 18h, vamos homenagear o Instituto Paulo Freire. Esse Instituto preservou o acervo de Paulo Freire e faz um trabalho de treinamento de professores e monitores. Todos estão convidados.

Por favor, Itamar.

O SR. ITAMAR MOREIRA DO CARMO – Boa tarde a todos, todas e todes. Boa tarde, Vereador Manoel, é um prazer estar neste dia, acho que este é um momento histórico. E quem sabe, em alguns meses ou dias, possamos falar, participei desse movimento. Participei desse momento histórico e pude salvar a organização da qual faço parte.

É o que a Sonia falou, está dentro do que a Regina falou, do que o Wanderlei falou. O Wanderlei cita a questão da união e acho que a união tem de prevalecer entre as organizações. Acabamos atendendo toda uma camada de extrema pobreza que necessita dessa união para poder executar a melhor das condições que eles merecem.

É nessa perspectiva que gostaria de colocar algumas questões mais objetivas, o quão é importante esse projeto para as organizações sociais. A Sonia bem disse que os custos, as despesas não são pagas pelo Poder Público, todas as despesas da organização. Para terem uma ideia, quase todas as organizações têm uma unidade administrativa, onde se passa um pente fino em todas as prestações de contas; se elaboram relatórios; se faz toda uma prestação de contas bem elaborada para apresentar ao Poder Público e até os instrumentos que hoje regem o marco regulatório. Não podemos esquecer que hoje todas as organizações sociais precisam estar de acordo com o marco regulatório. E tem toda uma documentação complexa a ser ofertada.

E esses documentos são bancados pelo Poder Público? Não. São despesas que, como diz o Poder Público, é contrapartida da organização social. Isso fica tudo em contrapartida,

além de outras questões, o simples fato de a organização ter uma sede, eu mesmo, pelo Instituto Pilar, nós pagamos aluguel do espaço. E graças a Deus, hoje, estamos conseguindo custear isso com a Nota Fiscal Paulista.

Então, Vereador Manoel, isso é de suma importância. Espero que esta data seja um marco histórico na construção de um projeto de lei que seja de benefício para as organizações da sociedade civil, uma vez que não é porque somos sem fins lucrativos que vamos viver sem fins lucrativos. Há muita gente, muitas vidas em jogo, como na fala do rapaz da Apoio, que falou da periferia. Eu acho que são mudanças e este é seu espaço sim, meu amigo. Esta Casa é a Casa da democracia, este lugar, como diz Djamila Ribeiro, é um lugar de fala de todos nós, da população de rua, do preto pobre periférico. Acho que este lugar está aqui para reivindicarmos, fazer a nossa luta e como defende Djamila Ribeiro, o nosso lugar de fala.

Obrigado, Manoel, por essa iniciativa. Gostaria também de agradecer ao Indós, que sempre vem fortalecendo essas lutas com a gente, sempre vem nos unindo. E agradecer os nossos companheiros de luta, a Regina do Fórum, a Sonia, do Grupo Gaia, e todas as demais organizações da periferia e da cidade. E que com certeza estão fazendo a diferença na vida de todas as pessoas que delas necessitam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Itamar. Agora, temos inscrito o Gil Inácio, da AGES.

O SR. GIL INÁCIO – Não estou muito acostumado com microfone, eu me perco. Mas primeiro quero agradecer esta oportunidade e fazer um pedido muito direto, Sr. Vereador, dizer que nesta tarde se reuniram significativo número de entidades que não querem uma torneira, mas querem dizer que se não houvesse as entidades sociais, o que seria da cidade no plano da assistência?

Então, não é qualquer coisa, não é simplesmente passar a sacolinha, mas é dizer que o trabalho, como da AGES e todas as organizações sérias que estão aqui, com 40 anos, garantem, buscam no dinheiro a qualificação do serviço. Que isso não está dentro do orçamento,

que acaba pagando mais a questão do RH, e não dá o subsídio que nós precisamos. A AGES trabalha prioritariamente com SAICA, e hoje com uma especificidade, um desafio muito grande, que são as repúblicas jovens, e com o SAICA inicial. Uma cidade que não tem política pública para a juventude e que está aí com o K9, está aí se matando.

Então, a criatividade, garantir uma qualidade significativa nesses serviços que são extremamente conflitantes, e está aí a vida do trabalhador. Nós gostaríamos de dizer, pedir para o senhor que dissesse aos Vereadores: é um grupo significativo que não quer simplesmente a aprovação, mas que a cidade assuma definitivamente a assistência que está um caos, como podemos ver passando pela cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado, Gil. Último inscrito, Lírio Negro.

O SR. LÍRIO NEGRO – Boa tarde, quem não me conhece, me chamo Lírio, sou uma pessoa trans, sou uma pessoa autista, migrante, moro em um equipamento da Prefeitura e vim aqui agradecer também por esse espaço de diálogo. A iniciativa desta Casa de destinar um percentual da Nota Fiscal para os equipamentos que trabalham com a questão da política de assistência social, independente de ser uma instituição diretamente ligada à Prefeitura.

Mas também falar aqui diante do Vereador e de todas as pessoas que representam as instituições, que essa verba não seja apenas destinada para garantir a manutenção dos equipamentos. Muito se fala sobre a lei de inclusão do Município de São Paulo, para as pessoas portadoras do transtorno do espectro autista. E muito se vê a invalidação de pessoas que estão em vulnerabilidade socioeconômica, que têm pela lei municipal desta Casa, deste estado democrático de direito violado em diversos serviços. Talvez isso se dê por conta da falta de informação da lei municipal que é descumprida e por falta de trabalhar a acessibilidade nos serviços.

Quando se fala de acessibilidade, as pessoas pensam que é colocar um intérprete de libras e está tudo bem. Não está tudo bem. Para além do autismo, eu sou uma pessoa com deficiência física e sofro com questões relacionadas à fibromialgia.

Então, a gente não vê nos serviços questões relacionadas à garantia de direitos como seguridade alimentar, direito de ir e vir; a garantia dos espaços serem acessíveis, de fato, não só fisicamente, mas que as pessoas que trabalham prestando serviços respeitem-nos, enquanto sociedade civil, porque também pagamos impostos, também estamos contribuindo com essa nota fiscal e, muitas vezes, somos violados pela falta de compreensão de lidar com as nossas demandas.

Eu gostaria de sugerir que as pessoas pensem em quem estão servindo, porque não é só chegar aqui e falar da vulnerabilidade como se nós não tivéssemos propriedade intelectual e condições de discutir o que nós necessitamos enquanto usuários desses serviços. Muitas vezes, nós vimos os nossos direitos invalidados pelos profissionais que nos recebem com identidade do artista e com cordão de identificação e nos mandam ir para o fim da fila; ou então me obrigam a me alimentar com uma nutrição que não é adequada à minha condição humana.

Então, é um marco histórico, é um lugar de discussão e de nos colocarmos enquanto usuário também, porque enquanto população em situação de rua também gero imposto para o Governo do Estado, a partir do momento em que uso um equipamento público; eu também gero imposto quando um insumo é comprado e destinado a mim de forma indevida; eu também gero o imposto enquanto trabalhador da cultura, que eu compro produtos para trabalhar de forma informal, porque o mercado de trabalho diz que tem vagas garantidas para pessoas como eu, mas nem pelo POT nós estamos sendo chamados: nós que somos profissionais da cultura e nós que somos pessoas com deficiência.

Por isso é importante salientar isso aqui para que os que estejam presentes aqui tenham o compromisso com as pessoas artistas, com mães atípicas, pessoas com qualquer tipo de deficiência, idosos, gestantes e todas as prioridades dentro do contexto. É muito importante ouvir o outro lado também, porque a política de assistência social do município de São Paulo não vai avançar enquanto houver essa situação separatista.

Quantas pessoas em situação de rua aqui presentes? Quantos de vocês convidaram pessoas usuárias dos serviços para falar sobre os serviços que elas estão usando? Infelizmente,

há muitos serviços que precisam melhorar, e não é por falta de orçamento, mas sim por falta de respeito às subjetividades humanas. Não é só com o recurso que vamos garantir a melhoria dentro dos serviços do equipamento.

Atualmente, eu pernoito em um hotel social e vejo várias pessoas relatando denúncias injustas em relação à limpeza e à zeladoria do espaço, porque nesse local onde eu estou existe isso. E dizem que não se tem respeito pelas pessoas com deficiências, mas eu não vejo isso acontecendo em outros locais. Então, essas pessoas que pedem lugar de fala como usuário são as primeiras que violam os direitos dos usuários.

Portanto, eu estou aqui, enquanto sociedade civil que constrói junto às instituições, para questionar a manutenção desses serviços e a formação para as pessoas terem conhecimento das leis municipais e federais de inclusão; porque mesmo as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica não deixam de ser pessoas com deficiência, não deixam de ser pessoas com direitos garantidos pela Constituição Federal. Mas infelizmente há muitas OSCs que não estão preparadas para lidar com a subjetividade humana, com pessoas trans, com outras religiões.

Porque, independentemente de a instituição ser católica, ser candomblecista, ser cristã pentecostal, ela tem que respeitar a Constituição Federal. Estamos num lugar democrática de direito nosso, porque nós elegemos os parlamentares que estão aqui garantindo os nossos direitos enquanto cidadãos pelo voto direto. E, para mim, é muito difícil também estar questionando essas e outras questões.

Estamos nas vésperas da Conferência Municipal de Assistência Social e, infelizmente, ainda estão discutindo acessibilidade dentro do serviço da Assistência Social e fora dele. Eu, enquanto pessoa com deficiência física e intelectual, lutarei pelos meus direitos e pelos dos meus pares, porque estou aqui questionando um problema que não é individual, da pessoa, e sim um problema coletivo das pessoas que têm prioridade, mas que ainda continuam sendo desrespeitadas principalmente quando estão em situação de rua e de vulnerabilidade extrema.

Por isso, estou aqui para questionar e para cobrar, porque não é só elogiar. A nossa

iniciativa é garantir que o direito civil seja aplicado dentro das civilizações; e, enquanto eu estiver aqui, sei que os direitos serão respeitados. Mas quando eu vou procurar os serviços os meus direitos são violados, até quando eu vou fazer uma denúncia formal. Eu tenho direito a uma transferência para uma moradia garantida pela política municipal para pessoas com transtorno do espectro autista, e o meu direito continua sendo violado porque tratam do autismo como uma bolha infantil, branca e azul. Nós crescemos e não temos nenhuma seguridade de instituição nenhuma enquanto pessoas autistas adultas.

Eu tenho muitas dificuldades com socialização, inclusive; porque os espaços de diálogos que deveriam garantir o meu direito enquanto pessoa com transtorno do espectro autista continuam violando diversos deles; sobretudo porque sou uma pessoa negra, trans e existe a xenofobia, existe a transfobia, existe a questão do uso do banheiro e outras situações que eu não poderia deixar passar em branco aqui e escurecer todas elas, porque nós que somos negros temos uma vulnerabilidade maior e um estigma maior.

Quero agradecer aos presentes e pela iniciativa da nota fiscal. E quero dizer que nós também contribuímos quando compramos. Um real no Bom Prato é também o nosso insumo, ou quando nós compramos um absorvente ou um sabonete, porque nós não vivemos só de doação. E até da doação que chega até nós é destinado o insumo. Portanto, nós temos de estar aqui também para cobrar. Dentro de uma audiência pública, é tudo mil maravilha; mas, fora dela, nós que sabemos onde é mais complexa a nossa vivência, a nossa existência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Obrigado. Quero agradecer a presença de todos, de todas; ao Dr. Júlio, do meu gabinete, que formulou o projeto de lei; à Sra. Regina, que tem o desafio de unir as organizações sociais. Aliás, todos nós temos esse desafio de unir as organizações sociais para que haja mais recurso para a Assistência.

Muitas vezes, falamos da OSC, isso ou aquilo, mas a organização social é um conjunto de trabalhadores associados. Então, tudo o que se faz, o trabalho, é olhando para frente, mas também tem que olhar para trás. Olhando para frente porque você tem que atender

as pessoas que precisam; mas você olha para trás à medida que você vê os trabalhadores que fazem parte do serviço e que têm os seus direitos. Então, é uma luta grande das organizações sociais de conseguir melhores condições nesses convênios, para que a organização não seja fragilizada.

Partindo da experiência da Nota Fiscal Paulista, a Nota Fiscal Paulistana é mais uma possibilidade de conseguir recurso para a organização social, para que ela não entre em crise e não tenha que encerrar suas atividades; já que a organização social tem muita despesa sem receita. Como o Itamar explicou que paga o aluguel da sede administrativa. Então, você tem um conjunto de despesas sem receita e precisa fazer esse trabalho de arrecadação para conseguir recursos.

Eu tenho falado dessa luta na Câmara para melhorar o orçamento da Assistência, para melhorar as condições de trabalho não só da Assistência, mas dos trabalhadores, em geral. Se nós conseguirmos um aporte grande no Orçamento, temos que pensar em melhorar o salário dos operacionais, dos educadores, dos técnicos, mesmo gerências, porque todos os trabalhadores da Assistência Social ganham menos do que os trabalhadores de outras Secretarias. Então, o nosso desafio é melhorar as condições do convênio com as organizações e, sobretudo, melhorar as condições dos trabalhadores da Assistência.

Como o Diego falou, são 6 milhões de trabalhadores. E é importante dizer que nas organizações sociais contratam, por exemplo, o idoso, a pessoa que já tem uma idade que não se encaixa mais no mercado de trabalho.

Então, as organizações sociais também fazem esse trabalho de inclusão no mercado de trabalho, porque atende pessoas que não tiveram estudo, pessoas que não conseguiram ter uma profissão. Ela abre espaço para estudos e faz um trabalho de inclusão para quem ela atende e também para o seu quadro de trabalhadores

Com isso, eu vejo que essas pessoas vão estudar, viram assistentes sociais, técnicos, gerentes, saem de operacional para educador. Portanto, é com esse olhar que nós precisamos melhorar as condições dos convênios e melhorar a remuneração de todos os

trabalhadores da Assistência Social. E a Nota Fiscal Paulistana é mais uma possibilidade de conseguir recurso extra de captação para as entidades.

Agradeço a presença de todos os presentes de São Mateus. Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos.